



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SEMGE Nº 90059/2026

UNIDADE SIASG: 926821

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR**, por intermédio da Secretaria Municipal de Gestão – SEMGE, levam ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço, autorizada no processo nº2741/2026– SEMGE, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Municipal 37.611, de 17 de outubro 2023 e posteriores dispositivos relacionados, bem como nos termos das condições e exigências estabelecidas neste instrumento convocatório e anexos, conforme abaixo informado.

As quantidades constantes no Termo de Referência são estimativas de consumo, não se obrigando a PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR à aquisição/contratação.

Modalidade: Pregão Eletrônico

Critério de Julgamento: Menor Valor Unitário por Taxa de Transação.

Data da sessão: 16/07/2026

Horário: 09:00 hrs.

Formatação: Eletrônica

Endereço: www.gov.br/compras

Modo de disputa: Aberto.

Pregoeiro Responsável: Marly Pinto de Abreu.

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa para prestação de **SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS**, sob demanda, compreendendo a pesquisa, reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagens aéreas, nacionais e internacionais, e passagens terrestres nacionais, bem como a intermediação de serviços de transporte (locação de veículos, traslados, transporte de cargas e táxi aéreo) e o fornecimento de seguro de viagem. A execução dos serviços dar-se-á mediante a disponibilização de sistema informatizado de gestão de viagens corporativas (self-booking) e atendimento humanizado, visando atender às necessidades de deslocamento de autoridades, servidores e colaboradores da Prefeitura Municipal de Salvador, de acordo com a conveniência e a necessidade dos diversos órgãos e entidades da Administração da Prefeitura Municipal do Salvador-PMS, conforme Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e anexos os quais integram o presente procedimento.
- 1.2. O critério de julgamento adotado será o **Menor Valor Unitário por Taxa de Transação**, nos termos do art. 3º, do Decreto n.º37.611 de outubro de 2023, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.3. Nos Termos do Decreto Municipal nº 36.971/2023, que "regulamenta, no âmbito do Poder Executivo, a autorização de viagens, a aquisição de passagens e a concessão de diárias e dá outras providências", salienta-se que:
 - 1.3.1. Caberá a Secretaria de Governo (SEGOV) ou a unidade que suceder, o controle



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

dos procedimentos para a aquisição de passagens de que trata este Decreto.

- 1.3.2. A aquisição de passagens, após autorização de viagem pela autoridade, poderá ser processada diretamente pelos órgãos e entidades interessados, exceto quando for determinada a sua realização diretamente pela unidade a que se refere o art. 9º do referido Decreto. Parágrafo único. O processo de pagamento para aquisição de passagens deverá ser instruído com documentos que comprovem a autorização de viagem.
- 1.4. A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: www.gov.br/compras, no dia 16 de julho de 2026, às 09:00 horário de Brasília.

2. DO ÓRGÃO CONTRATANTE

- 2.1. Secretaria Municipal de Gestão – SEMGE.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5. Será concedido tratamento favorecido para as Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133/2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123/2006](#).
- 3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às Microempresas - ME e às Empresas de Pequeno Porte - EPP que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte – EPP.
- 3.6. Não poderá disputar esta licitação:
 - I. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo(s);



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

- II. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - III. técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - IV. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - V. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - VI. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - VII. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - VIII. agente público do órgão ou entidade licitante;
 - IX. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.
- 3.6.1. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133/2021.
- 3.7. O impedimento de que trata o inciso IV do item 3.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem o inciso II do item 3.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.8.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.9. O disposto no inciso II do item 3.7 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

- 3.11. A vedação de que trata o inciso VIII do item 3.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema:
- 4.2.1. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.2.2. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- 4.2.3. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.2.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa - ME, empresa de pequeno porte - EPP ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.
- 4.4.1. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas - ME e empresas de pequeno porte - EPP, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa - ME, empresa de pequeno porte - EPP ou sociedade cooperativa.
- 4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 e 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.
- 4.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

- 4.7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- I. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - II. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.8. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- I. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - II. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.8, incisos I e II, possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.12. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.12.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional, **com no máximo duas casas decimais, observando o quanto disposto no Anexo I do Edital.**
 - 4.12.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 4.13. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.14. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.
- 4.15. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.16. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.
- 4.17. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

- 4.18. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.19. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 4.20. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação até a abertura da sessão pública.
- 5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5.1. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante poderá oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.
- 5.8. O licitante deverá ofertar lances iguais ou inferiores ao maior já ofertado;
- 5.9. **O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$0,10 (dez centavos).**
- 5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.11. O sistema adotado para o envio de lances no pregão eletrônico será o modo de disputa “aberto”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado.
- 5.11.1. A etapa de envio de lances durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração desta etapa.

- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 5.11.3. Na hipótese de não haver novos lances, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem decrescente, conforme disposto no § 2º do art. 21 do Decreto 37611/2023.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no edital de licitação, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item 5.11.4, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.11.6. Encerrada a etapa de que trata o item 5.11.5, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem decrescente, conforme disposto no § 2º do art. 21 do Decreto 37.611 de outubro de 2023.
- 5.12. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do PREGÃO ELETRÔNICO, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.14. Havendo apenas uma oferta, esta poderá ser aceita, desde que atenda todas as condições do instrumento convocatório e seu preço seja compatível com o valor estimado para a contratação e dentro da realidade do mercado.
- 5.15. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44º e 45º da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.
 - 5.15.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
 - 5.15.2. A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
 - 5.15.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
 - 5.15.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

primeiro poderá apresentar melhor oferta.

- 5.16. Só poderá haver empate entre propostas iguais e não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado
- 5.16.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133/2021](#), nesta ordem:
- I. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - II. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;
 - III. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
- 5.17. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- I. Empresas estabelecidas no território do estado ou do distrito federal do órgão ou entidade da administração pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de município, no território do estado em que este se localize;
 - II. Empresas brasileiras;
 - III. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;
 - IV. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da lei nº 12.187/2009.
 - V. Em caso de persistência do empate, o pregoeiro realizará sorteio em Sessão Pública.**
- 5.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.18.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.18.4. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.19. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

6. DA FASE DO JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, na legislação correlata e no item 3.7 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, e mediante a consulta aos cadastros previstos no art.91 § 4º da referida Lei e aos cadastros utilizados pelo Município do Salvador:
- 6.2. Atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.3. Na hipótese de o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às microempresas - ME e as empresas de pequeno porte - EPPs, o pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste Edital.
 - 6.3.1. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos artigos 29 ao 35 do Decreto nº 37.611 de outubro de 2023.
- 6.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - I. conter vícios insanáveis;
 - II. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência, neste Edital e seus Anexos;
 - III. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - IV. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - V. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.6. pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.7. Não será causa de desclassificação as irregularidades formais que não afetem o conteúdo das propostas ou não impeçam o seu entendimento e que não comprometam os interesses da Administração.
 - 6.7.1. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, podendo ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço, e que se limite a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 6.7.2. Serão objeto de saneamento, mediante ato motivado do Pregoeiro, os erros materiais irrelevantes, considerados aqueles cuja ocorrência não comprometam a Administração e a idoneidade do documento ou a perfeita compreensão do conteúdo da proposta.



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

- 6.8. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.9. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.11. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será desclassificada.
- 6.12. Se a (s) amostra (s) apresentada (s) pelo primeiro classificado não for (em) aceita (s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da (s) amostra (s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 7.1. A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 fica limitado às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda que não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite para fins de habilitação.
- 7.2. A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 fica limitado às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda que não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite para fins de habilitação.
 - I. A Microempresa - ME ou a Empresa de Pequeno Porte - EPP mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste Edital, ser adjudicatária;
 - II. Não sendo adjudicatária a Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP mais bem classificada na forma do inciso anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no caput deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
 - III. O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 7.3. Na hipótese de não adjudicação nos termos previstos nesta cláusula, o procedimento licitatório prosseguirá com os demais licitantes.
- 7.4. As disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 não se aplicam:



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

- I. No caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;
- II. No caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8. DA NEGOCIAÇÃO

- 8.1. O pregoeiro deverá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observados o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.
- 8.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.3. Após a negociação a proposta que apresentar valor superior ao estabelecido em orçamento estimado contido neste Edital será desclassificada.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

- 9.1. Encerrada a etapa competitiva de lances, exercido o direito de preferência e concluída a negociação, o pregoeiro iniciará os procedimentos necessários à aceitabilidade da proposta de melhor preço e verificará a conformidade das especificações técnicas com as exigências contidas neste Edital e a compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado para a contratação, podendo solicitar, se necessário, a planilha de composição de custos adequada ao lance equivalente à proposta de melhor preço no prazo estipulado no chat durante a sessão.
- 9.2. Se o mesmo licitante vencer tanto a cota reservada quanto a cota principal, a contratação ocorrerá em um único instrumento e pelo menor preço obtido.
 - 9.2.1. No caso de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.
 - 9.2.2. No caso de não haver vencedor para a cota principal, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota reservada ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota reservada.
- 9.3. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexecutável a proposta de preços ou menor lance que:
 - I. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - II. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

- 9.4. Serão desclassificadas, da mesma forma, as propostas que não atenderem às demais condições estabelecidas neste Edital e anexos.
- 9.5. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica dos outros setores do Órgão ou Entidade a fim de subsidiar sua decisão e da assessoria jurídica quando existir dúvida jurídica.
- 9.6. Não se considerará qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

10. DA HABILITAÇÃO

- 10.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade de o licitante cumprir com o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62º a 70º da Lei nº 14.133/2021.
 - 10.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, poderá ser substituída pelo Certificado de Registro Cadastral – CRC, expedido pelo Município de Salvador.
 - 10.1.2. A apresentação do CRC emitido pela SEMGE para participação na licitação é facultativa, porém, é obrigatória para as empresas vencedoras do certame e posterior assinatura ata\contrato.
 - 10.1.3. O cadastro deverá ser realizado junto à Comissão Permanente de Avaliação de Fornecedores (COMPEC) por meio do e-mail: cadastro.semge@gmail.com.
- 10.2. As empresas Licitantes apresentarão os documentos especificados a seguir:
 - I. Documentação relativa à habilitação jurídica;
 - II. Documentação relativa à habilitação fiscal, social e trabalhista;
 - III. Documentação relativa à qualificação econômica e financeira;
 - IV. Documentação relativa à qualificação técnica;
 - V. Documentação complementar solicitada no Edital.
- 10.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, estas deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal.
- 10.4. **DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA:**
 - a) Pessoa física:
 - Cédula de identidade - (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
 - b) Empresário individual:
 - Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
 - c) Microempreendedor Individual - MEI:



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

- Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- d) Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal - SLU ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI:
- Inscrição do ato constitutivo;
 - Estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- e) Sociedade empresária estrangeira:
- Portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- f) Sociedade simples:
- Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:
- Inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- h) Sociedade cooperativa:
- Ata de fundação;
 - Estatuto social e a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede;
 - Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, conforme art. 107º da Lei nº 5.764/1971.
- 10.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 10.6. **DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**
- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
 - b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), abrangendo inclusive as contribuições sociais e previdenciárias;
 - c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT);
 - e) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor;
 - f) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade, e prova de regularidade com a respectiva Fazenda Municipal.
 - g) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual (MEI), microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, terá assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação.
- 10.7. **DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA;**
- a) **As licitantes deverão obedecer o disposto no item 8.4 e seguintes, referentes a qualificação econômica e financeira do Termo de Referência.**
- 10.8. **DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA;**
- a) **As licitantes deverão obedecer o disposto no item 8.5 e seguintes, referentes a qualificação técnica do Termo de Referência.**
- 10.9. Acerca da documentação comprobatória da Qualificação mencionada nos itens anteriores, deve-se observar o que segue:
- 10.9.1. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
 - 10.9.2. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz;
 - 10.9.3. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
 - 10.9.4. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
 - 10.9.5. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
 - 10.9.6. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
 - 10.9.7. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ;
 - 10.9.8. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos;

- 10.9.9. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 10.10. Em se tratando de microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP, aplica-se o disposto no artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.
- 10.11. A não regularização da documentação no prazo previsto na legislação mencionada no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.
- 10.12. Se a proposta for desclassificada ou, ainda, se o licitante não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

11. DO RECURSO

- 11.1. Caberá recurso em face de:
- I. Julgamento das propostas;
 - II. Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
 - III. Anulação ou revogação da licitação.
- 11.2. Nos recursos de julgamento das propostas e de ato de habilitação ou inabilitação de licitante serão observadas as seguintes disposições:
- I. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente em até 10 (dez) minutos exclusivamente no sistema eletrônico, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais de 3 (três) dias úteis será iniciado a partir ato de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art. 17º da Lei nº 14.133/2021, da ata de julgamento;
 - II. A apreciação se dará em fase única.
- 11.3. Não será admitido recurso de caráter protelatório, fundado em mera insatisfação do licitante, ou baseado em fatos genéricos.
- 11.4. A ausência de manifestação imediata quanto a intenção de recorrer no prazo estabelecido, importará na decadência desse direito e autoriza a Administração a adjudicar o objeto a licitante vencedora.
- 11.5. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso em campo próprio do sistema no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do julgamento das propostas ou do ato de habilitação ou inabilitação, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, contados da disponibilização das razões do recurso no sistema, nos moldes do art. 165º da Lei nº 14.133/2021.
- 11.6. O não oferecimento de razões no prazo previsto implicará em não conhecimento do recurso.



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

- 11.7. As razões do recurso serão dirigidas ao pregoeiro, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.8. As razões e contrarrazões de recurso deverão ser enviados/anexados, exclusivamente, no sistema eletrônico.
- 11.9. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.11. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 12.1. Não havendo manifestação de recurso, o objeto deste pregão será adjudicado ao licitante vencedor.
- 12.2. Decididos os recursos eventualmente interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade superior adjudicará o objeto licitado ao licitante vencedor homologando em seguida, o procedimento licitatório.
- 12.3. A homologação e a adjudicação do objeto desta licitação não implicarão direito à contratação.

13. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

- 13.1. Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, assinar o instrumento contratual.
- 13.2. A exigência de garantia e/ou validade do produto obedecerá às previsões do Termo de Referência.
- 13.3. As contratações decorrentes dos itens de cota principal e de cota reservada ocorrerão inicialmente pelo menor preço, independentemente da qualificação da contratada.
- 13.4. Por ocasião da assinatura do instrumento contratual, será verificado no Certificado de Registro Cadastral - CRC e em outros meios se o adjudicatário mantém as condições de habilitação.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o Licitante que com dolo ou culpa:
 - I. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - II. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

manter a proposta, em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - d) deixar de apresentar amostra;
 - e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital.
- III. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:
- a) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
- IV. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- V. Fraudar a licitação;
- VI. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- VII. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- VIII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- I. Advertência;
 - II. Multa;
 - III. Impedimento de licitar e contratar;
 - IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- I. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II. As peculiaridades do caso concreto;
 - III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - IV. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou empenho, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1. Para as infrações previstas no item 14.1, incisos I, II e III a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 14.4.2. Para as infrações previstas no item 14.1, incisos de IV a VIII, a multa será de 15% a



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

30% do valor do contrato licitado.

- 14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar, contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas no item 14.1 incisos I, II e III, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal direta e indireta pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas no item 14.1, incisos de IV a VIII, bem como pelas infrações administrativas previstas no item 14.1 incisos I, II e III que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no § 5º do art. 156, da Lei n.º 14.133/2021.
- 14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1 inciso III, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 58º §3º da Lei n. 14.133/2021.
- 14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido pela Comissão de Cadastro e Avaliação de Fornecedores - COMPEC, da Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

- 15.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste pregão, por irregularidade na aplicação de Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, mediante petição, a ser enviada exclusivamente para o endereço: compel@salvador.ba.gov.br.
- 15.2. A comissão de licitação, auxiliada do setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação do certame.
- 15.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 15.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 15.5. Acolhida a impugnação do certame, será designada nova data para sua realização, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 15.6. As impugnações serão enviadas eletronicamente em formato Portable Document Format - PDF, com tamanho máximo de 5 (cinco) megabytes.
- 15.7. Os pedidos de esclarecimento deverão ser enviados exclusivamente via internet.
- 15.8. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

- 16.1. A prestação dos serviços compreende o fornecimento de passagens e logística para qualquer lugar do Brasil ou do exterior, devendo a CONTRATADA observar rigorosamente as seguintes condições:
 - a) Emissão Imediata: Proceder com a emissão de bilhetes aéreos e rodoviários imediatamente após a aprovação da solicitação pela CONTRATANTE no sistema de gestão.
 - b) Assistência Documental: Prestar assistência técnica na emissão e/ou renovação de vistos consulares e passaportes, orientando quanto à documentação necessária, preenchimento de formulários e agendamento de entrevistas, bem como auxiliando nas demais providências burocráticas exigidas para viagens internacionais.
 - c) Entrega de Bilhetes: Os bilhetes eletrônicos (e-tickets) e vouchers deverão ser encaminhados via e-mail ou sistema com antecedência mínima de 05 (cinco) horas antes do embarque. Em casos de extrema urgência, os bilhetes poderão ser disponibilizados diretamente no balcão da companhia aérea ou rodoviária, mediante comunicação prévia ao passageiro.
 - d) Informações Completas: Fornecer, no ato da reserva, todas as informações sobre horários de partida/chegada, conexões, franquia de bagagem, regras tarifárias e eventuais restrições.
- 16.2. SERVIÇOS DE EMISSÃO DE PASSAGENS (AÉREAS E RODOVIÁRIAS)
 - 16.2.1. Passagens Aéreas Nacionais e Internacionais:
 - a) Realizar pesquisa, cotação, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas, abrangendo todas as companhias que operem nos trechos solicitados.



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

- b) A emissão deverá priorizar sempre a tarifa de menor preço, respeitados os horários e necessidades da missão institucional, devendo a CONTRATADA repassar obrigatoriamente quaisquer descontos promocionais, bônus ou tarifas reduzidas ofertadas pelas companhias.
- c) Tarifa NET: O faturamento deverá observar estritamente a prática de tarifa "net", ou seja, o valor final cobrado da Prefeitura deve ser igual ao valor da tarifa da companhia aérea, vedada a inclusão de comissionamentos ocultos ou overprice.
- d) Prestar suporte integral em casos de extravio de bagagem, cancelamento de voos, fechamento de aeroportos ou alterações de malha aérea, gerindo a reacomodação dos servidores sem ônus administrativo para a PREFEITURA DE SALVADOR.
- e) Gestão de Reembolso: Monitorar e assegurar a devolução de valores de bilhetes não voados, conforme regras tarifárias.

16.2.2. Passagens Rodoviárias:

- a) Realizar pesquisa, reserva e emissão de bilhetes em empresas de transporte regular (intermunicipais e interestaduais), orientando o usuário sobre pontos de embarque/desembarque e duração do trajeto.
- b) Proceder com remarcações e cancelamentos mediante solicitação formal, informando previamente eventuais multas ou custos operacionais.

16.3. SERVIÇOS DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES (TERRESTRE E AÉREO)

16.3.1. A CONTRATADA atuará como intermediadora na contratação de serviços de logística, responsabilizando-se pela seleção de fornecedores regulares e pela gestão operacional dos seguintes itens:

16.3.2. Locação de Veículos e Traslados: Disponibilização de veículos de passeio (com ou sem motorista), vans, micro-ônibus ou ônibus para transporte de equipes.

16.3.3. Requisito: Os veículos devem apresentar, preferencialmente, até 5 (cinco) anos de uso, higienizados, com ar-condicionado e apólice de seguro total.

16.3.4. Locação sem motorista: O veículo deve ser entregue com tanque cheio e tag de pedágio ativa.

16.3.5. Transporte de Cargas e Encomendas: Coleta e entrega de materiais institucionais, despachos e fretes em território nacional, garantindo a integridade do objeto transportado.

16.3.6. Táxi Aéreo: Intermediação de fretamento de aeronaves para situações excepcionais, devendo a CONTRATADA verificar obrigatoriamente a regularidade da operadora junto à ANAC (Certificação e condições de aeronavegabilidade).

16.4. SEGURO-VIAGEM

16.4.1. Realizar cotação e emissão de apólice de seguro-viagem em nome do servidor designado, com cobertura compatível com o período e destino da missão.

16.4.2. As coberturas mínimas devem contemplar: Despesas médico-hospitalares (DMH), traslado de corpo, regresso sanitário, morte acidental e invalidez por acidente, conforme valores mínimos exigidos por tratados internacionais (ex: Schengen).

16.5. SISTEMA DE GESTÃO DE VIAGENS (FERRAMENTA DE SELF-BOOKING)

16.5.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar, sem custo adicional de licença para a PREFEITURA DE SALVADOR, uma plataforma tecnológica via Web (acessível por computadores e dispositivos móveis), operando 24 horas por dia, 7 dias por semana, com as seguintes funcionalidades essenciais:



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

- 16.5.2. Pesquisa e Comparação: Permitir a consulta simultânea de voos e horários de diversas companhias aéreas, ordenando os resultados pelo menor preço.
- 16.5.3. Fluxo de Aprovação: Possibilitar a configuração de perfis de acesso distintos (Usuário Solicitante e Usuário Aprovador), garantindo que nenhuma emissão ocorra sem a devida autorização.
- 16.5.4. Justificativa de Preço: Exigir o preenchimento obrigatório de justificativa técnica caso o usuário não escolha a tarifa mais barata apresentada pelo sistema.
- 16.5.5. Gestão de Políticas: Parametrização das regras de viagem da Prefeitura (ex: antecedência mínima de compra, teto de gastos).
- 16.5.6. Relatórios Gerenciais: Capacidade de gerar e exportar (em Excel/PDF) relatórios detalhados contendo: centros de custo, bilhetes emitidos, cancelamentos, reembolsos pendentes e economia gerada (saving).
- 16.5.7. Segurança: Acesso individualizado por senha e ambiente seguro para tráfego de dados.
- 16.5.8. Suporte Técnico: Garantir treinamento inicial aos usuários e suporte (helpdesk) para resolução de problemas de acesso ou usabilidade do sistema.

17. DA COMPOSIÇÃO DO PREÇO E DA REMUNERAÇÃO

- 17.1. O preço a ser cobrado pela CONTRATADA pelo fornecimento de passagens aéreas (nacionais e internacionais) e passagens terrestres, bem como seguros de viagem e serviços de transporte/logística, será composto exclusivamente pelo valor da tarifa praticada pela companhia aérea/empresa de transporte ou seguradora, acrescido unicamente das taxas aeroportuárias, impostos e encargos legalmente instituídos.
- 17.2. A CONTRATADA deverá praticar o preço de balcão ou a tarifa pública disponível nos sistemas das companhias aéreas e das empresas de transporte, ficando vedada a cobrança de qualquer valor, comissão, fee ou taxa acima da tarifa estipulada, exceto a Taxa de Serviço ofertada e aceita nesta licitação.
- 17.3. A remuneração da CONTRATADA será realizada exclusivamente por meio de uma Taxa de Serviço por Transação (emissão, remarcação ou cancelamento), ofertada na fase competitiva, incidente sobre cada bilhete ou serviço emitido.
- 17.4. A Taxa de Serviço por Transação será o único item a ser objeto de disputa na fase competitiva, devendo ser expressa em valor monetário (R\$). As licitantes deverão ofertar um valor de Taxa de Serviço por Transação tendo como limite mínimo o valor de R\$ 0,00 (zero real).
- 17.5. Não serão aceitas propostas com Taxa de Serviço por Transação de valor negativo, conforme já justificado no Estudo Técnico Preliminar (ETP) apêndice do Termo de Referência.

18. DA ANTICORRUPÇÃO

- 18.1. Os licitantes e contratados devem observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
 - I. prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
 - II. prática fraudulenta: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

- III. prática colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- IV. prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- V. prática obstrutiva:
 - a) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista deste Edital;
 - b) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
- 18.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
- 18.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 19.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.
- 19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 19.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 19.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 19.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 19.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

- 19.8. À autoridade superior compete anular este pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.
- 19.9. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhe validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.
- 19.10. É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, sendo vedada, ressalvados os casos previstos neste Edital, a inclusão posterior de informações ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
- 19.11. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos pelos licitantes para efeitos de julgamento deste pregão.
- 19.12. Poderá ser solicitada tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, de documentos emitidos em língua estrangeira, que também deverão ser devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.
- 19.13. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo prevalecerá as deste Edital.
- 19.14. Este pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública alterada desde que motivado o ato do adiamento.
- 19.15. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 19.16. Os dados pessoais decorrentes da execução deste Edital ficam, desde já, autorizados pelos licitantes e respectivos representantes, inclusive a eventual vencedor do certame e contratado (s), à disponibilidade pública nos sítios oficiais de informação e publicidade, nos termos do art. 7º, inciso I, da Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018.
- 19.17. Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro, Comissão de Contratação e/ou Equipe de Apoio, nos termos dos regulamentos municipais condizentes com a Lei n.º 14.133/2021, bem como nos termos das demais legislações em vigor e Princípios Gerais de Direito.
- 19.18. Até que esteja sendo amplamente utilizado o Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, para fins de garantir a ampla publicidade, este Edital será divulgado na página eletrônica da Prefeitura Municipal do Salvador - PMS, no endereço eletrônico: compras.salvador.ba.gov.br, no portal compras.gov.br e em jornal local de grande circulação.
- 19.19. São partes integrantes deste Edital:
ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO;
ANEXO II - ORÇAMENTO ESTIMATIVO;
ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO;
ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO A SEREM APRESENTADAS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA;



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

- a) Declaração Negativa De Relação Familiar Ou Parentesco;
- b) Declaração De Cumprimento Da Lei Geral De Proteção De Dados - Lei Nº 13.709/2018;
- c) Declaração De Integralidade Dos Custos;
- d) Declaração De Reserva De Cargos;
- e) Declaração De Que Pode Usufruir Dos Benefícios De ME e EPP;
- f) Declaração Para Qualificação Econômico-Financeira;
- g) Declaração De Atendimento Ao Inciso XXXIII Do Art. 7º. Da Constituição Federal;
- h) Declaração De Pleno Conhecimento Do Edital e Anexos;
- i) Declaração De Contratos Firmados Com e Iniciativa Privada e a Administração Pública.

ANEXO VI - TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS DO TERMO

20. DO FORO

- 20.1. As questões decorrentes das previsões deste Edital que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Salvador, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ALEXANDRE ALMEIDA TINOCO
Secretário Municipal de Gestão



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SEMGE Nº 90059/2026
ANEXO I - PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO:

MODALIDADE DE LICITAÇÃO:

NÚMERO DA LICITAÇÃO:

Prezados Senhores,

Após examinar todas as cláusulas e condições estipuladas no Edital em referência, apresentamos nossa proposta nos termos consignados no mencionado ato convocatório e seus anexos, com os quais concordamos plenamente.

Nossa proposta é válida por 90 (noventa) dias, contados da data prevista para a entrega dela, sendo o preço ofertado firme e irrevogável durante o seu prazo de validade. Informamos que estão inclusos nos preços ofertados todos os tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, sendo de nossa inteira responsabilidade, ainda, os que porventura venham a ser omitidos na proposta ou incorretamente cotados.

O valor global de nossa proposta é de R\$ _____ (por extenso), conforme Tabela a seguir:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____
Data de abertura:
Nome da empresa:
CNPJ:
Endereço:
CEP:
Telefone: (DDD)
E-mail:
Validade de proposta:
Prazo de entrega:

LOTE 01

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UM	QUANT	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
01	300002320	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, ABRANGENDO FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, PASSAGENS TERRESTRES NACIONAIS E SEGURO DE VIAGEM INTERNACIONAL, PARA ATENDER AO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NOS AUTOS.	UN	01		
VALOR GLOBAL DO LOTE (R\$)						
(valor por extenso)						
OBSERVAÇÕES:						



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

Declaramos que no preço cotado estão inclusas todas as despesas, tais como frete, seguro, taxas, tributos e outros gravames que possam incidir sobre o objeto licitado, bem como que o produto será entregue no estabelecimento do contratante, sem ônus (CIF/Salvador).

FORNECEDOR

____/____/____

Data

Assinatura/Carimbo

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SEMGE Nº 90059/2026

ANEXO II - ORÇAMENTO ESTIMATIVO

PROCESSO:

NÚMERO DA LICITAÇÃO:

O Valor unitário por taxa de transação, não poderá ser superior[a **R\$9,50 (nove reais e cinquenta centavos)**, resultante da pesquisa de mercado efetuada.

LOTE ÚNICO

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTD	VALOR MÁXIMO ESTIMADO (R\$)	VALOR UNITÁRIO POR TAXA DE TRANSAÇÃO (R\$)
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, ABRANGENDO FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, PASSAGENS TERRESTRES NACIONAIS E SEGURO DE VIAGEM INTERNACIONAL, PARA ATENDER AO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NOS AUTOS.	01	3.456.488,00	9,50



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SEMGE Nº 90059/2026

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

O **MUNICÍPIO DO SALVADOR**, através da _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, com sede na _____, neste ato representada pelo Sr. Secretário, _____, nomeado pelo Decreto _____, doravante denominada CONTRATANTE, do outro lado, a empresa _____, com sede _____, inscrita no CNPJ. sob n.º _____, neste ato representada pelo seu representante legal, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem entre si acordados os termos deste contrato, cuja celebração foi autorizada mediante ato homologatório às fls. ____ do processo administrativo nº _____, sujeitando-se as partes às Leis nº 14.133/21, Lei Municipal nº 4.484/92, está no que couber, e demais normas aplicáveis, mediante as cláusulas e condições que anunciam a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa para prestação de **SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS**, sob demanda, compreendendo a pesquisa, reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagens aéreas, nacionais e internacionais, e passagens terrestres nacionais, bem como a intermediação de serviços de transporte (locação de veículos, traslados, transporte de cargas e táxi aéreo) e o fornecimento de seguro de viagem. A execução dos serviços dar-se-á mediante a disponibilização de sistema informatizado de gestão de viagens corporativas (self-booking) e atendimento humanizado, visando atender às necessidades de deslocamento de autoridades, servidores e colaboradores da Prefeitura Municipal de Salvador, de acordo com a conveniência e a necessidade dos diversos órgãos e entidades da Administração da Prefeitura Municipal do Salvador-PMS, conforme Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e anexos os quais integram o presente procedimento.
- 1.2. Nos Termos do Decreto Municipal nº 36.971/2023, que "regulamenta, no âmbito do Poder Executivo, a autorização de viagens, a aquisição de passagens e a concessão de diárias e dá outras providências", salienta-se que:
 - 1.2.1. Caberá a Secretaria de Governo (SEGOV) ou a unidade que suceder, o controle dos procedimentos para a aquisição de passagens de que trata este Decreto.
 - 1.2.2. A aquisição de passagens, após autorização de viagem pela autoridade, poderá ser processada diretamente pelos órgãos e entidades interessados, exceto quando for determinada a sua realização diretamente pela unidade a que se refere o art. 9º do referido Decreto. Parágrafo único. O processo de pagamento para aquisição de passagens deverá ser instruído com documentos que comprovem a autorização de viagem.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, prorrogável nos termos dos artigos 106 e 107 da referida Lei.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

- 3.1. O valor global do presente Contrato é de R\$ _____ inclusas todas as despesas como tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais e quaisquer outras que forem devidas.
- 3.2. O pagamento será realizado pela contratante, através de crédito em conta corrente, obrigatoriamente mantida junto ao Banco Bradesco, consoante determinação do Decreto Municipal n.º 23.856/2013 (artigos 1º a 4º), com observância das exceções ali previstas (art. 5º, parágrafo único), a qual deverá ser indicada na declaração fornecida pelo estabelecimento bancário, na forma do disposto no art. 4º, § 2º do Decreto Municipal 13.991/2002, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, em conformidade com a legislação vigente, mediante a apresentação dos documentos fiscais exigíveis e declaração de não existência de débitos registrados no CADIN Municipal, conforme Decreto Municipal nº 24.419/2013.
- 3.3. A fatura emitida referente à contratação, objeto desse termo de referência, deverá ser apresentada após o fornecimento do serviço, atendendo a todos os pré-requisitos definidos no instrumento contratual para atesto, juntamente com a comprovação de regularidade com a Seguridade Social e obrigações trabalhista nos termos da Lei, o que se fará com a apresentação da Certidão Negativa de Débito – CND, FGTS, CNDT dentro do seu prazo de validade e declaração de não existência de débitos registrados no CADIN Municipal, conforme Decreto Municipal nº 24.419/2013.
- 3.4. As notas fiscais/faturas somente deverão ser apresentadas para pagamento após a entrega dos materiais e serviços, sendo que o prazo para pagamento somente fluirá após o efetivo atesto do recebimento definitivo.
- 3.5. Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da contratada, o decurso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida nenhuma atualização financeira.
- 3.6. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preço ou correção monetária.
- 3.7. A medição dos serviços será realizada mensalmente, com base nos serviços efetivamente prestados (bilhetes emitidos, remarcados ou serviços de logística executados).
- 3.8. Para fins de medição, a CONTRATADA deverá apresentar ao Fiscal do Contrato, juntamente com a Nota Fiscal, o Relatório Analítico de Faturamento, extraído do sistema de gestão, contendo o detalhamento de cada transação (bilhete/serviço), o valor da Tarifa Net e o valor da Taxa de Agenciamento aplicada.
- 3.9. O Fiscal do Contrato realizará a conferência dos dados e, estando em conformidade, atestará a execução dos serviços para fins de liquidação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA FONTE DE RECURSOS

- 4.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta dos recursos previstos no orçamento para o exercício de 2025, na dotação orçamentária prevista no item 10 do Termo de Referência.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

- 5.1. Todas as informações relativas à CONTRATANTE e constantes do cadastro da CONTRATADA deverão ser tratadas como confidenciais e somente poderão ser fornecidas quando solicitadas:
- 5.1.1. Pela CONTRATANTE;
 - 5.1.2. Em decorrência de determinação judicial.
- 5.2. Os conhecimentos, dados e informações de propriedade do Município, relativos a aspectos econômico- financeiros, tecnológicos e administrativos, tais como produtos, sistemas, técnicas, estratégias, métodos de operação e todos e quaisquer outros, repassados por força do objeto do presente Edital, constituem informação privilegiada e como tal, tem caráter de confidencialidade, só podendo ser utilizados, exclusivamente, no cumprimento e execução das condições estabelecidas neste Contrato, sendo expressamente vedado à CONTRATADA:
- 5.2.1. Utilizá-los para fins outros, não previstos neste Instrumento;
 - 5.2.2. Repassá-los a terceiros e empregados não vinculados diretamente ao objeto proposto.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

- 6.1. Para assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, a CONTRATADA apresentará, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, garantia em uma das modalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato para o período de 12 (doze) meses. A garantia prestada deverá ser liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou de sua extinção, observadas as disposições legais e contratuais pertinentes.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 7.2. Qualificação e Regularidade:
- a) Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, especialmente o registro regular no Ministério do Turismo (CADASTUR), consoante Lei nº 11.771/2008, e observar as normas da IATA para emissões internacionais.
 - b) Indicar preposto formalmente designado para representá-la durante a execução do contrato.
- 7.3. Execução Operacional e Atendimento:
- a) Executar o serviço de forma direta, sem a subcontratação da atividade principal, prestando assessoramento para definição de melhor roteiro, horários, conexões e tarifas.
 - b) Disponibilizar o Sistema Self Booking (autoreserva) operante, indicando todas as informações de voos disponíveis (número, horários, conexões, assento), fornecendo suporte técnico aos usuários.
 - c) Confirmar as reservas solicitadas imediatamente, enviando os bilhetes/vouchers por e-mail ou via sistema.
 - d) Propiciar atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, inclusive feriados, através de central telefônica (call center) e outros meios, para emissões e alterações urgentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

e) Possuir ou instalar na Cidade do Salvador/BA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do instrumento contratual, uma representação de sua matriz, filial ou escritório administrativo, dotado de equipe técnica e infraestrutura (telefonia, internet, mobiliário) para a plena execução dos serviços e acompanhamento da gestão administrativa do contrato durante sua vigência.

f) Repassar à CONTRATANTE todas as vantagens/descontos decorrentes da emissão das passagens, sem restrição de companhia aérea. Observar as normas legais quanto à regulamentação de atividades e serviços desempenhados por Agências de Viagens ou Agências de Viagens e Turismo, consoante Decreto nº 84.934, de 21 de julho de 1980;

7.4. Gestão de Cancelamentos e Reembolsos:

a) Providenciar a imediata substituição ou cancelamento dos bilhetes quando solicitado.

b) Os pedidos de cancelamento de bilhetes não utilizados por necessidade do serviço implicarão o cancelamento automático, sem ônus para a Administração (exceto multas da Cia Aérea comprovadas), não sendo incluídos no faturamento.

c) Restituir à Administração Municipal, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, os valores de bilhetes não utilizados ou pagos indevidamente. Caso não ocorra o reembolso no prazo, os valores serão glosados (descontados) da fatura seguinte. d) Emitir nota de crédito em favor da CONTRATANTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a partir da identificação do crédito.

7.5. Seguro Viagem Internacional:

a) Providenciar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da solicitação, cotação de seguro viagem internacional, apresentando pelo menos 03 (três) cotações de seguradoras distintas para aprovação do menor custo.

b) Garantir coberturas mínimas compatíveis com o Tratado de Schengen (mínimo EUR 30.000,00 para despesas médicas) e coberturas para morte acidental, invalidez, despesas farmacêuticas e odontológicas.

7.6. Responsabilidade Civil e Garantias:

a) Responder integralmente por quaisquer danos e prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros em função da execução do contrato (ex: erros de emissão, no-show por falha operacional), arcando com as despesas decorrentes.

b) Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

c) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer motivo de força maior que impossibilite o cumprimento de prazos.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Informar à CONTRATADA a relação de servidores autorizados a solicitar, autorizar e cancelar passagens e serviços, mantendo o cadastro atualizado no sistema de gestão.

8.2. Efetuar as solicitações de pesquisa, reserva e emissão prioritariamente através do Sistema de Gestão (Self-booking) ou, em casos de contingência/exceção, por e-mail oficial, indicando com clareza: nome do passageiro, trecho/destino, datas, horários preferenciais e justificativa da missão.

8.3. Verificar minuciosamente, no momento do recebimento dos vouchers e bilhetes eletrônicos, a conformidade dos dados (nomes, datas, trechos) com as especificações da solicitação, comunicando imediatamente à CONTRATADA qualquer divergência para



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

correção antes da data da viagem.

- 8.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor/fiscal especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas.
- 8.5. Comunicar à Contratada, por escrito ou via sistema, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na prestação do serviço (ex: dificuldade de acesso ao sistema, erro na aplicação da tarifa, falha no atendimento emergencial), fixando prazo para correção.
- 8.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências do Termo de Referência (ex: emissão de bilhete com tarifa superior sem justificativa, aplicação de taxa indevida), solicitando o cancelamento ou reembolso sem ônus para a Administração.
- 8.7. Receber e atestar as Notas Fiscais/Faturas emitidas pela Contratada, após a devida conferência com os relatórios analíticos do sistema, recusando-as quando inexatas ou incorretas.
- 8.8. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente aos serviços efetivamente prestados e atestados, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal, conforme estabelecido no Item 9 do Termo de Referência.
- 8.9. Notificar previamente à Contratada, por escrito, quando da aplicação de eventuais penalidades decorrentes de inexecução contratual.
- 8.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES

- 9.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resulte de imperfeições ou vícios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.
- 9.2. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda vinculados a execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros, em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 9.3. A CONTRATADA declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, contribuições fiscais, parafiscais, emolumentos, encargos sociais e todas as despesas incidentes sobre os serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.
- 9.4. Para todos os fins de direito, não existirá entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR e os empregados da prestadora de serviços da CONTRATADA, vínculos de qualquer natureza, correndo por conta e responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, FGTS, seguros e quaisquer outros encargos decorrentes das relações empregatícias existentes.
- 9.5. Todas as comunicações relativas ao presente Contrato serão consideradas como regularmente feitas desde que entregues ou enviadas por carta protocolada ou e-mail, devidamente confirmados.



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

- 9.6. As reuniões realizadas entre representantes credenciados das partes, bem como as ocorrências que possam ter implicações no Contrato serão registradas por escrito em forma de ata, assinada pelos presentes.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

- 10.1. A CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas no art. 137º e 138º da Lei nº 14.133/2021, sem que caiba à CONTRATADA o direito a qualquer indenização, e sem prejuízo das penalidades pertinentes.
- 10.2. Poderá, ainda, ser rescindido pela CONTRATANTE, a qualquer tempo, mediante simples aviso à outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. A EMPRESA sujeitar-se-á, no caso de cometimento de infrações ou inadimplemento de suas obrigações, às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/21, sem prejuízo das demais dominações legais, em especial as Infrações administrativas previstas no art. 155º da Lei 14.133/21, as quais serão devidamente descritas no instrumento contratual.
- 11.2. **A EMPRESA sujeitar-se-á, no caso de cometimento de infrações, além das penalidades já citadas, as penalidades elencadas no item 16 do Termo de Referência.**

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E REAJUSTE

- 12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que:
- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
 - b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
 - c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
- 12.2. O valor da Taxa de Agenciamento, caso o valor ofertado na proposta vencedora seja diferente de zero, poderá ser reajustado após o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data do orçamento a que a proposta se referir, mediante solicitação formal da CONTRATADA, utilizando-se a variação acumulada do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), apurado pelo IBGE.
- 12.3. Caso a taxa ofertada e contratada seja de R\$ 0,00 (zero reais), não haverá incidência de reajuste, permanecendo o valor inalterado durante a vigência contratual e suas prorrogações.
- 12.4. O reajuste incidirá exclusivamente sobre o valor da taxa de serviço (remuneração da agência), não se aplicando aos valores das tarifas de passagens aéreas e terrestres, as quais seguem a precificação dinâmica do mercado e são reembolsadas pelo valor de



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

custo (Tarifa Net).

- 12.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

- 13.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração, designados nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, cabendo especificamente aos servidores indicados por cada uma das Secretarias indicadas no item 10.1.1 do Termo de Referência o exercício da gestão administrativa e financeira, os quais anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.
- 13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.
- 13.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 14.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
- 14.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 14.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
- 14.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 14.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 14.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 14.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

- 14.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 14.9. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121 caput e §1º).
- 14.10. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 14.11. órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 14.12. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1. A CONTRATADA deverá apresentar, na data da assinatura do Contrato, nome e telefone de um profissional da empresa, o qual atuará como preposto junto à CONTRATANTE.
- 15.2. Obriga-se a CONTRATADA ao perfeito e integral atendimento dos termos do presente Contrato, respondendo pelos danos e prejuízos que venha a causar à CONTRATANTE, por inadimplemento.
- 15.3. Não será admitida a subcontratação, total ou parcial, do objeto contratual (agenciamento/emissão), devendo a CONTRATADA executar os serviços diretamente, ressalvada a natureza de intermediação inerente ao objeto (venda de passagens de companhias aéreas e locação de terceiros), onde a Contratada figura como intermediária legal.
- 15.4. É expressamente vedada a transferência das obrigações assumidas pela CONTRATADA a terceiros.
- 15.5. O não exercício pelas partes, de qualquer faculdade ou garantia assegurada no contrato ou em qualquer dos documentos que o integre, não será considerado como renúncia ao direito em si ou novação, relativamente às informações subsequentes que justifiquem a sua invocação ou aplicação.
- 15.6. Fazem parte integrante deste Contrato independentemente de transcrição, a proposta apresentada pela CONTRATADA e a respectiva solicitação do CONTRATANTE.
- 15.7. Todos os serviços poderão ser executados em qualquer unidade da PMS ou em vias e espaços públicos de Salvador.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO

- 16.1. A legislação que regula a presente contratação é: Lei 8.078 de 11/09/1990 - Código de Defesa do Consumidor; Lei 10.406 de 10/01/2002 – Código Civil; Lei 8.137 de 27/12/1990 - Crime Contraordem Econômica e Relações de Consumo; Lei Federal 8429 de 02/06/1992; Lei Complementar 123 de 14/12/2006; Decreto Municipal n.º 13.991/2002, Lei 14.333/21, outras legislações quando couber.



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

- 17.1. As partes contratantes elegem o foro de Salvador, Estado da Bahia, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 17.2. E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes, depois de lido e achado conforme, o presente contrato em duas vias de igual teor, para a sua validade e eficácia jurídicas.

Salvador, ____ de _____ de 2024

CONTRATANTE:

Secretário

CONTRATADA:

Representante Legal

Testemunhas



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SEMGE Nº 90059/2026

ANEXO IV - MODELOS DE DECLARAÇÕES A SEREM APRESENTADAS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA.

A - DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU PARENTESCO

(Nome da pessoa física/jurídica) _____, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a). _____, portador (a) do CPF nº _____, DECLARA, para todos os efeitos legais que:

1. não possui sócio (s) ou, no caso de sociedade anônima, diretor(es) que seja(m):
 - a. cônjuge(s), companheiro(s) ou tenha(m) parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou que tenham ocupado os mencionados cargos/funções, nos 6 (seis) meses anteriores à data de abertura da sessão pública do procedimento licitatório;
 - b. cônjuge(s), companheiro(s) ou tenha(m) parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação deste Poder Administrativo, ou que tenham ocupado os mencionados cargos, nos 6 (seis) meses anteriores à data de abertura da sessão pública do procedimento licitatório;
2. está ciente da vedação:
 - a. da subcontratação, quando autorizada pelo CONTRATANTE, de pessoa física ou jurídica se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com servidor ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento vinculado direta ou indiretamente a unidade situada na linha hierárquica da área encarregada da licitação, ou se deles forem companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau inclusive; e
 - b. da manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços, caso a CONTRATADA venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento vinculados ao CONTRATANTE.
3. são verdadeiras as informações prestadas no presente documento, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e penal.

B - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS LEI Nº 13.709/2018

1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do Edital/instrumento contratual.
3. As partes responderão administrativa e judicialmente, caso causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.
4. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste Edital, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial e cópia do documento de identificação.
5. A LICITANTE/CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.
6. A LICITANTE/CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito que possa vir causar risco ou dano relevante aos Titulares de Dados Pessoais, apresentando as informações descritas nos incisos do § 1º do art. 48 da LGPD, cabendo ao CONTRATANTE as demais obrigações de comunicação previstas no referido artigo.
7. O canal de comunicação em caso de incidentes de segurança será o Comitê Gestor de Dados Pessoais.

C- DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DOS CUSTOS

1. A LICITANTE/CONTRATADA declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

D - DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

1. A LICITANTE/CONTRATADA declara que cumprirá, caso aplicável, as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas.

E - DECLARAÇÃO DE QUE PODE USUFRUIR DOS BENEFÍCIOS DE ME E EPP.

1. A LICITANTE/CONTRATADA declara, para todos os efeitos legais, que, no ano-calendário de realização da licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, para fins de obtenção dos benefícios



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

F - DECLARAÇÃO PARA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

1. Declaramos que as demonstrações abaixo correspondem a real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no Balanço Patrimonial do último exercício social. Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.
2. Patrimônio Líquido: R\$ (valor por extenso) equivale a% do valor estimado da contratação

G - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º. DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

1. Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz (...).

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

H - DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO EDITAL E ANEXOS

1. O LICITANTE, (razão social), inscrita sob o CNPJ nº _____ com sede na _____ (endereço completo), por meio de seu representante legal, (qualificação), em atendimento ao disposto no Edital, declara para os devidos fins, que tem pleno conhecimento do Edital nº...../..... e seus Anexos e todas as informações, das condições locais e dificuldades para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, e ainda, que aceita como válida a situação em que se encontra para a realização dos serviços a que se refere nº...../..... e por ser verdade, assina a presente declaração sob as penas da lei, nos termos do inciso VI, art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

I - DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

1. Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, Inscrição Estadual nº _____, estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

NOME DO ORGÃO / EMPRESA

VIGÊNCIA DO CONTRATO

VALOR TOTAL DO CONTRATO

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE
Diretoria de Logística e Patrimônio
Gerência Central de Material e Patrimônio

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SEMGE Nº 90059/2026

ANEXO VI - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA - LEI 14.133/2021
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
AGENCIAMENTO DE VIAGENS

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 A presente contratação tem por objeto a prestação de SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, sob demanda, compreendendo a pesquisa, reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagens aéreas, nacionais e internacionais, e passagens terrestres nacionais, bem como a intermediação de serviços de transporte (locação de veículos, traslados, transporte de cargas e táxi aéreo) e o fornecimento de seguro de viagem. A execução dos serviços dar-se-á mediante a disponibilização de sistema informatizado de gestão de viagens corporativas (*self-booking*) e atendimento humanizado, visando atender às necessidades de deslocamento de autoridades, servidores e colaboradores da Prefeitura Municipal de Salvador, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, prorrogável nos termos dos artigos 106 e 107 da referida Lei.

1.3 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 3.456.488,00 (três milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e oito reais)**, conforme cálculo apontado no Estudo Técnico Preliminar apêndice a este Termo de Referência. A taxa de referência do agenciamento será definida mediante pesquisa de mercado realizada por setor técnico competente, devendo ser observadas as exigências contidas no item 5 deste TR.

1.4 Por se tratar de mera estimativa de gastos, o valor acima mencionado não se constitui, em hipótese alguma, compromisso futuro para a CONTRATANTE, razão pela qual não poderá ser exigido, nem considerado como valor para pagamento mínimo, podendo sofrer acréscimos e supressões, de acordo com a necessidade da Administração Pública, sem que isso justifique qualquer indenização a empresa CONTRATADA.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Para garantir o pleno cumprimento de sua missão institucional, a Prefeitura Municipal do Salvador precisa assegurar suporte logístico adequado e eficaz aos deslocamentos de suas autoridades, servidores e colaboradores, quando em serviço, tanto em solo nacional quanto internacional. A contratação de uma empresa especializada em agenciamento de viagens faz-se necessária para garantir a eficiência, segurança e conforto nos deslocamentos da Administração Municipal, visando o cumprimento de agendas e a execução de serviços essenciais, bem como viabilizar a locomoção de instrutores.

2.2. A escolha de um prestador de serviços qualificado permitirá uma gestão otimizada das viagens, assegurando a cotação, reserva e fornecimento de passagens aéreas, terrestres, serviços de logística e seguros de viagem internacionais. Isso facilitará o processo de planejamento e trará vantagens econômicas, como a obtenção de tarifas mais competitivas e a minimização de imprevistos que podem comprometer o andamento das atividades administrativas.

2.3. Conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), apêndice deste Termo de Referência, o agenciamento terceirizado consolidou-se como a solução mais vantajosa para a PREFEITURA DE SALVADOR, tendo em vista a inviabilidade técnica de aquisição direta de passagens pela Administração. A centralização demandada visa a otimização da força de trabalho, a simplificação dos procedimentos internos, maior segurança e controle, além da garantia de atendimento especializado em tempo integral (24/7), desonerando a PREFEITURA DE SALVADOR de trâmites operacionais complexos.

2.4. Embasamento Legal:

A contratação está em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, enquadrando-se como serviço comum, nos termos do inciso XIII do art. 6º, e de natureza contínua, conforme inciso XV do mesmo artigo, dada a essencialidade e a necessidade permanente de deslocamentos para o funcionamento da máquina pública, não podendo sofrer interrupção.

2.5. As informações contidas neste Termo de Referência têm por finalidade oferecer subsídios à realização do processo licitatório, garantindo a contratação de empresa especializada e a adequada execução dos serviços sob o regime de empreitada por preço unitário (taxa de agenciamento), conforme a demanda efetiva da Administração, evitando a descontinuidade na prestação de serviços essenciais à Administração Municipal.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Além dos requisitos dispostos no Estudo Técnico Preliminar (ETP), apêndice deste Termo de Referência, a contratação deverá observar:

4.2. Da Subcontratação:

Não será admitida a subcontratação, total ou parcial, do objeto contratual (agenciamento/emissão), devendo a CONTRATADA executar os serviços diretamente, ressalvada a natureza de intermediação inerente ao objeto (venda de passagens de companhias aéreas e locação de terceiros), onde a Contratada figura como intermediária legal.

4.3. Da Garantia Contratual:

Para assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, a CONTRATADA apresentará, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, garantia em uma das modalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato para o período de 12 (doze) meses.

A garantia prestada deverá ser liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou de sua extinção, observadas as disposições legais e contratuais pertinentes.

5. DA COMPOSIÇÃO DO PREÇO E DA REMUNERAÇÃO

5.1. O preço a ser cobrado pela CONTRATADA pelo fornecimento de passagens aéreas (nacionais e internacionais) e passagens terrestres, bem como seguros de viagem e serviços de transporte/logística, será composto exclusivamente pelo valor da tarifa praticada pela companhia aérea/empresa de transporte ou seguradora, acrescido unicamente das taxas aeroportuárias, impostos e encargos legalmente instituídos.

5.2. A CONTRATADA deverá praticar o preço de balcão ou a tarifa pública disponível nos sistemas das companhias aéreas e das empresas de transporte, ficando vedada a cobrança de qualquer valor, comissão, *fee* ou taxa acima da tarifa estipulada, exceto a Taxa de Serviço ofertada e aceita nesta licitação.

5.3. A remuneração da CONTRATADA será realizada exclusivamente por meio de uma Taxa de Serviço por Transação (emissão, remarcação ou cancelamento), ofertada na fase competitiva, incidente sobre cada bilhete ou serviço emitido.

5.4. A Taxa de Serviço por Transação será o único item a ser objeto de disputa na fase competitiva, devendo ser expressa em valor monetário (R\$). As licitantes deverão ofertar um valor de Taxa de Serviço por Transação tendo como limite mínimo o valor de R\$ 0,00 (zero real).

5.5 Não serão aceitas propostas com Taxa de Serviço por Transação de valor negativo, conforme já justificado no Estudo Técnico Preliminar (ETP) apêndice deste Termo de Referência.

6. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

6.1. REGRAS GERAIS DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

6.1.1. A prestação dos serviços compreende o fornecimento de passagens e logística para qualquer lugar do Brasil ou do exterior, devendo a CONTRATADA observar rigorosamente as seguintes condições:

- a) Emissão Imediata: Proceder com a emissão de bilhetes aéreos e rodoviários imediatamente após a aprovação da solicitação pela CONTRATANTE no sistema de gestão.

- b) Assistência Documental: Prestar assistência técnica na emissão e/ou renovação de vistos consulares e passaportes, orientando quanto à documentação necessária, preenchimento de formulários e agendamento de entrevistas, bem como auxiliando nas demais providências burocráticas exigidas para viagens internacionais.
- c) Entrega de Bilhetes: Os bilhetes eletrônicos (e-tickets) e vouchers deverão ser encaminhados via e-mail ou sistema com antecedência mínima de 05 (cinco) horas antes do embarque. Em casos de extrema urgência, os bilhetes poderão ser disponibilizados diretamente no balcão da companhia aérea ou rodoviária, mediante comunicação prévia ao passageiro.
- d) Informações Completas: Fornecer, no ato da reserva, todas as informações sobre horários de partida/chegada, conexões, franquia de bagagem, regras tarifárias e eventuais restrições.

6.2. SERVIÇOS DE EMISSÃO DE PASSAGENS (AÉREAS E RODOVIÁRIAS)

6.2.1. Passagens Aéreas Nacionais e Internacionais:

- a) Realizar pesquisa, cotação, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas, abrangendo todas as companhias que operem nos trechos solicitados.
- b) A emissão deverá priorizar sempre a tarifa de menor preço, respeitados os horários e necessidades da missão institucional, devendo a CONTRATADA repassar obrigatoriamente quaisquer descontos promocionais, bônus ou tarifas reduzidas ofertadas pelas companhias.
- c) Tarifa NET: O faturamento deverá observar estritamente a prática de tarifa "net", ou seja, o valor final cobrado da Prefeitura deve ser igual ao valor da tarifa da companhia aérea, vedada a inclusão de comissionamentos ocultos ou overprice.
- d) Prestar suporte integral em casos de extravio de bagagem, cancelamento de voos, fechamento de aeroportos ou alterações de malha aérea, gerindo a reacomodação dos servidores sem ônus administrativo para a PREFEITURA DE SALVADOR.
- e) Gestão de Reembolso: Monitorar e assegurar a devolução de valores de bilhetes não voados, conforme regras tarifárias.

6.2.2. Passagens Rodoviárias:

- a) Realizar pesquisa, reserva e emissão de bilhetes em empresas de transporte regular (intermunicipais e interestaduais), orientando o usuário sobre pontos de embarque/desembarque e duração do trajeto.
- b) Proceder com remarcações e cancelamentos mediante solicitação formal, informando previamente eventuais multas ou custos operacionais.

6.3. SERVIÇOS DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES (TERRESTRE E AÉREO)

6.3.1. A CONTRATADA atuará como intermediadora na contratação de serviços de logística, responsabilizando-se pela seleção de fornecedores regulares e pela gestão operacional dos seguintes itens:

- a) Locação de Veículos e Traslados: Disponibilização de veículos de passeio (com ou sem motorista), vans, micro-ônibus ou ônibus para transporte de equipes.

- Requisito: Os veículos devem apresentar, preferencialmente, até 5 (cinco) anos de uso, higienizados, com ar-condicionado e apólice de seguro total.
 - Locação sem motorista: O veículo deve ser entregue com tanque cheio e tag de pedágio ativa.
- b) Transporte de Cargas e Encomendas: Coleta e entrega de materiais institucionais, despachos e fretes em território nacional, garantindo a integridade do objeto transportado.
- c) Táxi Aéreo: Intermediação de fretamento de aeronaves para situações excepcionais, devendo a CONTRATADA verificar obrigatoriamente a regularidade da operadora junto à ANAC (Certificação e condições de aeronavegabilidade).

6.4. SEGURO-VIAGEM

6.4.1. Realizar cotação e emissão de apólice de seguro-viagem em nome do servidor designado, com cobertura compatível com o período e destino da missão.

6.4.2. As coberturas mínimas devem contemplar: Despesas médico-hospitalares (DMH), traslado de corpo, regresso sanitário, morte acidental e invalidez por acidente, conforme valores mínimos exigidos por tratados internacionais (ex: Schengen).

6.5. SISTEMA DE GESTÃO DE VIAGENS (FERRAMENTA DE SELF-BOOKING)

6.5.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar, sem custo adicional de licença para a PREFEITURA DE SALVADOR, uma plataforma tecnológica via Web (acessível por computadores e dispositivos móveis), operando 24 horas por dia, 7 dias por semana, com as seguintes funcionalidades essenciais:

- a) Pesquisa e Comparação: Permitir a consulta simultânea de voos e horários de diversas companhias aéreas, ordenando os resultados pelo menor preço.
- b) Fluxo de Aprovação: Possibilitar a configuração de perfis de acesso distintos (Usuário Solicitante e Usuário Aprovador), garantindo que nenhuma emissão ocorra sem a devida autorização.
- c) Justificativa de Preço: Exigir o preenchimento obrigatório de justificativa técnica caso o usuário não escolha a tarifa mais barata apresentada pelo sistema.
- d) Gestão de Políticas: Parametrização das regras de viagem da Prefeitura (ex: antecedência mínima de compra, teto de gastos).
- e) Relatórios Gerenciais: Capacidade de gerar e exportar (em Excel/PDF) relatórios detalhados contendo: centros de custo, bilhetes emitidos, cancelamentos, reembolsos pendentes e economia gerada (saving).
- f) Segurança: Acesso individualizado por senha e ambiente seguro para tráfego de dados.
- g) Suporte Técnico: Garantir treinamento inicial aos usuários e suporte (helpdesk) para resolução de problemas de acesso ou usabilidade do sistema.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

7.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

7.6.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121 *caput* e §1º).

7.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.9 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. DA FORMA DE SELEÇÃO E JULGAMENTO

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR VALOR UNITÁRIO POR TAXA DE TRANSAÇÃO (MENOR TAXA DE AGENCIAMENTO), em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

8.1.2. O procedimento deverá seguir o modelo adotado pela Secretaria Municipal de Gestão (SEMGE), quanto ao modo de disputa e o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances.

8.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.2.1. As licitantes deverão apresentar:

- a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio oficial do Governo Federal;
- d) Sociedade empresária ou EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77/2020;
- f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971.

8.3. DA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.3.1. As licitantes deverão apresentar:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), abrangendo inclusive as contribuições sociais e previdenciárias;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT);
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor;
- f) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade, e prova de regularidade com a respectiva Fazenda Municipal.

8.3.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual (MEI), microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, terá assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação.

8.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.4.1. As licitantes deverão apresentar:

- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação poderão substituir os demonstrativos pelo balanço de abertura.
- c) A comprovação da boa situação financeira será feita através do cálculo dos seguintes índices, que deverão ser maiores ou igual a 1,00 (um):
 - Liquidez Geral (LG) $\geq 1,00$;
 - Solvência Geral (SG) $\geq 1,00$;
 - Liquidez Corrente (LC) $\geq 1,00$.

8.4.2. Patrimônio Líquido: A licitante deverá comprovar que possui Patrimônio Líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação, nos termos do art. 69, § 4º da Lei nº 14.133/2021.

8.4.3. O atendimento dos índices econômicos e do patrimônio líquido deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil.

8.5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.5.1. Para fins de comprovação de qualificação técnica, as licitantes deverão apresentar:

- a) Atestado(s) de Capacidade Técnica: 01 (um) ou mais atestado(s) ou declaração(ões), expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem que a licitante executou serviços de agenciamento de viagens compatíveis com o objeto desta licitação.
- b) Registro CADASTUR: Comprovação de Registro válido no Ministério do Turismo (CADASTUR), na categoria de Agência de Turismo, em conformidade com a Lei nº 11.771/2008 e Decreto nº 7.381/2010.
- c) Registro IATA: Comprovação de credenciamento ativo junto à IATA (International Air Transport Association), requisito indispensável para a emissão direta de bilhetes internacionais.
- d) Credenciamento Aéreo e Crédito: Apresentação de Cartas de Credenciamento ou declarações emitidas pelas principais companhias aéreas nacionais (GOL, LATAM e AZUL) que atestem o vínculo comercial e, fundamentalmente, a existência de crédito ativo junto a estas companhias, garantindo a capacidade operacional de emissão imediata.
- e) Experiência Mínima: Comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos de execução (ininterruptos ou não) do objeto no mercado, comprovada por atestados, contratos ou documentos idôneos.
- f) Capacidade em Grupo: O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) comprovar a experiência na emissão de passagens aéreas para grupos de, no mínimo, 10 (dez) pessoas em uma mesma missão/evento.
- g) Disponibilidade de Sistema (Self-Booking): A licitante deverá comprovar que possui a disponibilidade imediata de Sistema Informatizado de Gestão de Viagens Corporativas (ferramenta de Self-Booking), cujas funcionalidades atendam integralmente às especificações técnicas descritas no Item 6.5 deste Termo de Referência.
 - Forma de comprovação: Apresentação de contrato de licença de uso vigente firmado com desenvolvedora de tecnologia (caso utilize sistema de terceiros), termo de propriedade (caso utilize sistema próprio) ou documento equivalente que ateste o direito de uso da ferramenta pela licitante.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

- A medição dos serviços será realizada mensalmente, com base nos serviços efetivamente prestados (bilhetes emitidos, remarcados ou serviços de logística executados).
- Para fins de medição, a CONTRATADA deverá apresentar ao Fiscal do Contrato, juntamente com a Nota Fiscal, o Relatório Analítico de Faturamento, extraído do sistema de gestão,

contendo o detalhamento de cada transação (bilhete/serviço), o valor da Tarifa Net e o valor da Taxa de Agenciamento aplicada.

- O Fiscal do Contrato realizará a conferência dos dados e, estando em conformidade, atestará a execução dos serviços para fins de liquidação.

9.2. DO PAGAMENTO

- O pagamento será realizado pela unidade compradora - órgãos e entidades municipais, através de crédito em conta corrente junto à agência bancária, Banco Bradesco, indicada na proposta de preços ou na declaração ou documento similar fornecido por estabelecimento bancário, na forma do disposto no art. 4º, § 2º do Decreto Municipal 13.991/2002, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada.
- A fatura emitida referente à contratação, objeto desse termo de referência, deverá ser apresentada após o fornecimento do serviço, atendendo a todos os pré-requisitos definidos no instrumento contratual para atesto, juntamente com a comprovação de regularidade com a Seguridade Social e obrigações trabalhista nos termos da Lei, o que se fará com a apresentação da Certidão Negativa de Débito – CND, FGTS, CNDT dentro do seu prazo de validade e declaração de não existência de débitos registrados no CADIN Municipal, conforme Decreto Municipal nº 24.419/2013.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município.

10.1.1 A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

ÓRGÃO	SUBAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE
SEGOV	250127	33.90.33	1.500.1
	230200	33.90.33	1.500.1
	230300	33.90.33	1.500.1
ARSAL	250118	33.90.33	1.500.1
GABVP	250129	33.90.33	1.500.1
PGMS	250114	33.90.33	1.500.1
CASA CIVIL	250100	33.90.33	1.500.1
SEFAZ	250108	33.90.33	1.500.1
			1.753.1
SEMUR	250107	33.90.33	1.500.1
SEMGE	250136	33.90.33	1.500.1

SECIS	250105	33.90.33	1.500.1
SECIS / SSA SOLAR	108200	33.90.33	1.500.1
SECIS / CODESAL	250134	33.90.33	1.500.1
SMED / FME	233100	33.90.33	1.500.1
	111700	33.90.33	1.500.1
	233200	33.90.33	1.500.1
			1.540.3
	233300	33.90.33	1.500.1
SEMOP	250128	33.90.33	1.500.1
SEMOP / FUNCIP	250126	33.90.33	0.1.17
SEMOP / GCM	250115	33.90.33	1.500.1
SEMOB	250122	33.90.33	1.500.1
SEMOB / TRANSALVADOR	250123	33.90.33	1.753.4
SECULT	250131	33.90.33	1.500.1
	126700	33.90.33	1.500.1
	127100	33.90.33	1.500.1
	228700	33.90.33	1.500.1
SECULT / FGM	250133	33.90.33	1.500.1
SEDUR	250132	33.90.33	1.500.1
SEDUR / FMLF	250124	33.90.33	1.500.1
SEINFRA	250125	33.90.33	1.500.1
SEINFRA / NOVO MANÉ DENDÊ	121900	33.90.33	1.500.1
SEINFRA / SUCOP	250130	33.90.33	1.500.1
CGM	250138	33.90.33	1.500.1
SMS / FMS	250106	33.90.33	1.600.3
			1.500.1
			1.754.1
	232300	33.90.33	1.600.3
			1.500.1
			1.754.1
	215100	33.90.33	1.600.3
			1.500.1
			1.754.1
	215600	33.90.33	1.600.3
			1.500.1
			1.754.1
SEMG / FUNFIN	234900	33.90.33	1.802.3
SEMPRE	250119	33.90.33	1.500.1
			1.501.1

			2.500.1
			2.501.1
	231000	33.90.33	1.500.1
			2.500.1
			1.660.3
			2.660.3
			1.754.1
			2.754.1
	231100	33.90.33	1.500.1
			2.500.1
			1.660.3
			2.660.3
			1.754.1
			2.754.1
	231200	33.90.33	1.500.1
			2.500.1
			1.660.3
			2.660.3
			1.754.1
			2.754.1
	231300	33.90.33	1.500.1
			2.500.1
			1.660.3
			2.660.3
			1.754.1
			2.754.1
	219900	33.90.33	1.500.1
			2.500.1
			1.660.3
			2.660.3
			1.754.1
			2.754.1
SEMPRE / FMPI	105000	33.90.33	1.669.3
			2.669.3
	204900	33.90.33	1.669.3
			2.669.3
	232200	33.90.33	1.669.3
			2.669.3
SPMJ / FCM	250111	33.90.33	1.500.1

SPMJ	250116	33.90.33	1.500.1
SEMAN	250103	33.90.33	1.500.1
SECOM	250112	33.90.33	1.500.1
SEMIT	250139	33.90.33	1.500.1
SEMDEC	250113	33.90.33	1.500.1
SEMDEC / FMT	232402	33.90.33	1.500.1

10.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Informar à CONTRATADA a relação de servidores autorizados a solicitar, autorizar e cancelar passagens e serviços, mantendo o cadastro atualizado no sistema de gestão.

11.2 Efetuar as solicitações de pesquisa, reserva e emissão prioritariamente através do Sistema de Gestão (Self-booking) ou, em casos de contingência/exceção, por e-mail oficial, indicando com clareza: nome do passageiro, trecho/destino, datas, horários preferenciais e justificativa da missão.

11.3 Verificar minuciosamente, no momento do recebimento dos vouchers e bilhetes eletrônicos, a conformidade dos dados (nomes, datas, trechos) com as especificações da solicitação, comunicando imediatamente à CONTRATADA qualquer divergência para correção antes da data da viagem.

11.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor/fiscal especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas.

11.5 Comunicar à Contratada, por escrito ou via sistema, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na prestação do serviço (ex: dificuldade de acesso ao sistema, erro na aplicação da tarifa, falha no atendimento emergencial), fixando prazo para correção.

11.6 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências deste Termo de Referência (ex: emissão de bilhete com tarifa superior sem justificativa, aplicação de taxa indevida), solicitando o cancelamento ou reembolso sem ônus para a Administração.

11.7 Receber e atestar as Notas Fiscais/Faturas emitidas pela Contratada, após a devida conferência com os relatórios analíticos do sistema, recusando-as quando inexatas ou incorretas.

11.8 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente aos serviços efetivamente prestados e atestados, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal, conforme estabelecido no Item 9 deste Termo.

11.9 Notificar previamente à Contratada, por escrito, quando da aplicação de eventuais penalidades decorrentes de inexecução contratual.

11.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

12.2 Qualificação e Regularidade:

- a) Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, especialmente o registro regular no Ministério do Turismo (CADASTUR), consoante Lei nº 11.771/2008, e observar as normas da IATA para emissões internacionais.
- b) Indicar preposto formalmente designado para representá-la durante a execução do contrato.

12.3 Execução Operacional e Atendimento:

- a) Executar o serviço de forma direta, sem a subcontratação da atividade principal, prestando assessoramento para definição de melhor roteiro, horários, conexões e tarifas.
- b) Disponibilizar o Sistema Self Booking (autoreserva) operante, indicando todas as informações de voos disponíveis (número, horários, conexões, assento), fornecendo suporte técnico aos usuários.
- c) Confirmar as reservas solicitadas imediatamente, enviando os bilhetes/vouchers por e-mail ou via sistema.
- d) Propiciar atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, inclusive feriados, através de central telefônica (call center) e outros meios, para emissões e alterações urgentes.
- e) Possuir ou instalar na Cidade do Salvador/BA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do instrumento contratual, uma representação de sua matriz, filial ou escritório administrativo, dotado de equipe técnica e infraestrutura (telefonía, internet, mobiliário) para a plena execução dos serviços e acompanhamento da gestão administrativa do contrato durante sua vigência.
- f) Repassar à CONTRATANTE todas as vantagens/descontos decorrentes da emissão das passagens, sem restrição de companhia aérea.

12.4 Gestão de Cancelamentos e Reembolsos:

- a) Providenciar a imediata substituição ou cancelamento dos bilhetes quando solicitado.
- b) Os pedidos de cancelamento de bilhetes não utilizados por necessidade do serviço implicarão o cancelamento automático, sem ônus para a Administração (exceto multas da Cia Aérea comprovadas), não sendo incluídos no faturamento.

- c) Restituir à Administração Municipal, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, os valores de bilhetes não utilizados ou pagos indevidamente. Caso não ocorra o reembolso no prazo, os valores serão glosados (descontados) da fatura seguinte.
- d) Emitir nota de crédito em favor da CONTRATANTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a partir da identificação do crédito.

12.5 Seguro Viagem Internacional:

- a) Providenciar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da solicitação, cotação de seguro viagem internacional, apresentando pelo menos 03 (três) cotações de seguradoras distintas para aprovação do menor custo.
- b) Garantir coberturas mínimas compatíveis com o Tratado de Schengen (mínimo EUR 30.000,00 para despesas médicas) e coberturas para morte acidental, invalidez, despesas farmacêuticas e odontológicas.

12.6 Responsabilidade Civil e Garantias:

- a) Responder integralmente por quaisquer danos e prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros em função da execução do contrato (ex: erros de emissão, no-show por falha operacional), arcando com as despesas decorrentes.
- b) Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, os serviços em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções.
- c) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer motivo de força maior que impossibilite o cumprimento de prazos.

13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração, designados nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, cabendo especificamente aos servidores indicados por cada uma das Secretarias indicadas no item 10.1.1 o exercício da gestão administrativa e financeira, os quais anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

14.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

14.3. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15. DO REAJUSTE

15.1. O valor da Taxa de Agenciamento, caso o valor ofertado na proposta vencedora seja diferente de zero, poderá ser reajustado após o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data do orçamento a que a proposta se referir, mediante solicitação formal da CONTRATADA, utilizando-se a variação acumulada do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), apurado pelo IBGE.

15.2. Caso a taxa ofertada e contratada seja de R\$ 0,00 (zero reais), não haverá incidência de reajuste, permanecendo o valor inalterado durante a vigência contratual e suas prorrogações.

15.3. O reajuste incidirá exclusivamente sobre o valor da taxa de serviço (remuneração da agência), não se aplicando aos valores das tarifas de passagens aéreas e terrestres, as quais seguem a precificação dinâmica do mercado e são reembolsadas pelo valor de custo (Tarifa Net).

15.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. O fornecedor sujeitar-se-á, no caso de cometimento de infrações ou inadimplemento de suas obrigações, às penalidades previstas na Lei Municipal nº 6.148 de 28 de junho de 2002, no Decreto Municipal nº 15.984 de 21 de setembro de 2005, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo das demais cominações legais.

16.2. A CONTRATADA deverá cumprir as normas gerais e regulamentares contempladas na legislação, neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato.

16.3. A CONTRATADA deverá obedecer aos procedimentos que se encontram neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato.

16.4. A CONTRATADA deverá manter, enquanto durar a contratação, todas as condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência e no Edital.

16.5. Com fundamento na Lei nº 14.133/2021, ficará impedida de licitar e contratar com o Município e será descredenciada do Cadastro de Fornecedor da PREFEITURA DE SALVADOR, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) fraudar a execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo;
- d) cometer fraude fiscal; ou
- e) fizer declaração falsa.

16.6. Para os fins do subitem "c" anterior, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos na Lei nº 14.133/2021.

16.7. Com fundamento na Lei nº 14.133/2021, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens 16.10 e 16.11:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal (PREFEITURA DE SALVADOR), por prazo não superior a dois anos;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;
- d) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Salvador e o descredenciamento no cadastro de fornecedores do Município de Salvador, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

16.8. No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita a aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor contratado.

16.9. Configurar-se-á o retardamento da execução quando a CONTRATADA:

- a) Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 5 (cinco) dias úteis, contados da data da assinatura do contrato;
- b) Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.

16.10. No caso do cometimento das infrações elencadas nas alíneas "a" e "b" do item 16.9, a CONTRATADA poderá ser sancionada com multa de até 5% (cinco por cento) do contrato.

16.11. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração Pública poderá aplicar multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

TABELA 1 – VALORES DE MULTA POR GRAU

CORRESPONDÊNCIA	VALOR (R\$)
GRAU 1	R\$ 300,00
GRAU 2	R\$ 500,00
GRAU 3	R\$ 700,00
GRAU 4	R\$ 900,00
GRAU 5	R\$ 2.000,00
GRAU 6	R\$ 5.000,00

TABELA 2 – INFRAÇÕES E INCIDÊNCIAS

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado e por dia
2	Executar serviço incompleto, paliativo, provisório como se fosse de caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
3	Fornecer informação incorreta de serviço ou substituir serviço licitado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
4	Destruir ou danificar documentos/dados por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
5	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause danos físicos, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
6	Não apresentar notas fiscais discriminando valor, data de vencimento, destino, nº da solicitação, passageiro(s), etc.	4	Por ocorrência
7	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência

16.12 A CONTRATADA deverá cumprir as normas gerais e regulamentares que disciplinam a execução dos serviços contratados contempladas pela legislação vigente.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Governo (SEGOV), estando em estrita consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com o interesse da Administração, atestando, para os devidos fins, que as especificações técnicas aqui definidas não possuem características que direcionem, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação, conforme os pressupostos legais que regem a contratação pública, passando este documento a integrar o processo administrativo formalizado.